

O CULTIVO CANAVIEIRO NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO: HISTÓRIA, MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA – 1940/1970*

Rodrigo de Andrade CALSANI**

RESUMO: A História brasileira tem algumas particularidades, seja no aspecto econômico, social, político ou cultural que a diferencia frente aos outros países. Alguns produtos que perduram, ora em um século, ora em outro, retornam e confirmam a nossa dependência agrícola na manutenção econômica brasileira. Em uma fase mais madura e profissional, especialmente na região de Ribeirão Preto, a tecnologia vem sendo utilizada como forma de estímulo ao chamado “Agrobusiness” e passou a ser a sustentação e diversificação (industrialização) da centenária e tão atual cana-de-açúcar.

PALAVRAS-CHAVE: Cana-de-açúcar; permanência; tecnologia; modernização.

Apresentação

Este artigo tem como tema a prática canavieira e sua evolução tecnológica. Pauta-se por uma abordagem que nos afirma que a História

* Este texto está baseado em parte do Trabalho de Conclusão de Curso em História “Entre o café e o açúcar: a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940/1970)”, apresentado ao programa de Graduação no curso de História Licenciatura Plena do Centro Universitário “Barão de Mauá”, Ribeirão Preto – São Paulo, Brasil; sob orientação do Prof. Ms. Humberto Perinelli Neto.

** Licenciado em História. Pós graduando em História, Cultura e Sociedade pelo Centro Universitário “Barão de Mauá”. Docente da rede pública do Ensino Fundamental e Médio de Ribeirão Preto.

é marcada por permanências. Além disso, transparece a idéia de que entender as etapas da introdução e a caminhada agrícola brasileira é conhecer um pouco mais sobre a história econômica de todos nós.

Uma das evidências das permanências agrícolas é a proporção de terras por produtor; ontem em épocas coloniais o Brasil era dividido inicialmente em Capitânicas Hereditárias e como produto agrícola central (exportador) a cana-de-açúcar. Justifica-se o sucesso inicial do plantio canavieiro, devido aos latifúndios que se tornaram prática costumeira de uma sociedade colonial (PRADO JUNIOR, 1998).

Hoje, a região de Ribeirão Preto é tomada por uma imensidão do Mar Verde e também o número de proprietários (usineiros) são bem reduzidos se comparados, por exemplo, com o número de famílias (aproximadamente seis milhões segundo o IBGE 2002) brasileiras sem a posse da terra para poder cultivá-la.

Em uma breve leitura de mais de quinhentos anos de Brasil, conhecemos ou reafirmamos a nossa condição (ou dependência agrícola) em buscar algum produto que nos salve e, se possível, nos dê algum lucro para a caminhada de nosso país.

Todavia, percebemos também que o simples ato de plantar a cana-de-açúcar está superado por uma modernização mais evidente na região de Ribeirão Preto, que gera além de dividendos, tecnologia a ser exportada para outros países.

A implantação da lavoura

Como nos lembra Vera Ferlini (1987), “A estrutura agrária brasileira nasceu do açúcar”. Com essa afirmação, podemos perceber que o Brasil começou a dar seus primeiros passos com o plantio da cana-de-açúcar em meados de 1500, por conta do objetivo de fornecer para a metrópole Portugal o açúcar que era exportado para toda a Europa.

Essa planta chegou a América, mais especificamente no Brasil, por meio dos espanhóis e portugueses. Entretanto, trata-se de um produto originário da Índia e que, posteriormente, se expandiu pela Pérsia (em meados do ano 500). Coube aos árabes difundirem o cultivo pelo norte da África, bem como em parte da Europa. A partir desse momento, os países ibéricos levaram a cultura canavieira para as ilhas Canárias, Madeira, Guiné e Cabo Verde. Das pequenas ilhas africanas a cana foi transplantada para o Brasil

Os portugueses tinham como característica própria o fato de serem os primeiros europeus a definitivamente estabelecer moradia fixa em sua colônia, mesmo não sendo uma vontade ou desejo pleno.

Na época colonial, a cana-de-açúcar foi cultivada mais intensamente em Pernambuco, na Bahia e em São Vicente. Como exemplo, no final do século XVI o Brasil contava com mais de cem engenhos (concentrados em Pernambuco e Bahia) e, em 1650, o Brasil passava a ocupar a liderança na produção mundial de açúcar (SANTO, 2001, p.223).

Clima e solo fértil colaboravam para obtenção desta posição. Entretanto, a quantidade e a qualidade da cana-de-açúcar seria trabalhada de forma mais intensa apenas no final do século XIX (PRADO JUNIOR, 1998, p.247).

O engenho era o elemento central do sistema canavieiro, a fábrica com as instalações para a manutenção e o preparo do açúcar (PRADO JUNIOR, 1998). Posteriormente todo o complexo da fazenda, do conjunto de terras canavieiras tornou-se sinônimo de engenho.

Além do engenho, a casa grande e a senzala se contradiziam na formação da sociedade rural brasileira, que mais adiante, também condicionaria grandes diferenças sociais no meio urbano. A sociedade colonial, destaque para Pernambuco e Bahia, se constituiu patriarcalmente e uma forte aristocracia se originava.

Nesse período a relação entre o senhor, proprietário ou latifundiário da terra, com o negro, trabalhador efetivado após o insucesso do índio como mão de obra (vários motivos, entre eles, a não

aceitação, dominação plena do indígena em realizar tal lida) servia-se de um antagonismo à parte.

Não é necessário (devido ao objetivo do artigo) relatar os descasos e abusos feitos com o negro, mas é interessante apontar a miscigenação (FREYRE, 2004) originada nesse período em que o branco, português ou não, se relacionava com a negra daquela época. Dentro desse local; casa-grande & senzala, do privado, o Brasil - que sempre estava em busca de uma perspectiva eurocêntrica - passava a ter sua própria formação de identidade.

Muito mais forte que a tentativa da criação de nação para os brasileiros daquele período, os brasis (que tanto Gilberto Freyre e depois Darcy Ribeiro afirmaram e nos alertaram) aconteceram e vislumbraram de um regionalismo marcante, um tradicionalismo mesclado com um provincianismo que foram e em alguns momentos, permanecem na sociedade atual (resquícios). Entre culturas adversas (branco e o negro) o hibridismo, além de uma característica para uma cultura miscigenada, tornou-se um diferencial (ou quem sabe vantagem) na constituição da sociedade brasileira.

Muitos historiadores classificam a história econômica colonial e imperial brasileira em ciclos: da cana-de-açúcar, da mineração e do café. Talvez o intuito maior dessa divisão seja constituir um discurso que permita facilitar o processo de ensino-aprendizagem acerca destes conteúdos, mas não podemos concordar que a cana-de-açúcar, assim como o ouro (hoje em menor escala) e o café, deixaram de existir fora de seus respectivos ciclos.

No final do século XVIII e meados do XIX, a produção açucareira era próspera, graças, principalmente, ao “quadrilátero do açúcar”, compreendendo as atuais cidades de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí. Os engenhos centrais introduziram modernas máquinas e também alteraram a divisão social do trabalho.

Na região do “quadrilátero do açúcar”, mais especificamente em Piracicaba, o engenho representou desenvolvimento na agricultura (com técnicas melhoradas, divisão de trabalho, etc), como também na recente

industrialização brasileira (PACANO, 2000). Com implementação de máquinas a vapor na produção do açúcar (aproximadamente em 1836) e, mais adiante, a utilização do arado em maior escala, o Brasil caminhava para um aumento significativo da produção açucareira. Faltava, porém, a melhoria qualitativa. Segundo Petrone (1968), o processo da fabricação do açúcar no século XIX manteve-se semelhante ao período colonial que resultaria em várias crises como veremos a seguir.

Além das práticas agrícolas ainda precárias no chamado Brasil Império, outros fatores incentivaram à crise açucareira, comum em vários períodos da História brasileira. No contexto internacional (no início do século XIX) cabe considerar que países europeus desenvolveram a produção de açúcar de beterraba, devido ao bloqueio internacional imposto por Napoleão, responsável por impossibilitar o comércio do açúcar canavieiro. A beterraba passou a ser produzida em maior escala, elevando para mais de dois terços sua participação na produção total mundial de açúcar (SOARES, 2000, p.15).

No aspecto nacional, cabe considerar que vários fatores interferiram na lavoura canavieira na segunda metade do século XIX. Destaca-se, entre outras, a falta de mão de obra escrava, pós 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), a crescente produção cafeeira, no mercado internacional, que gerou lucros maiores. No que tange especificamente ao cultivo cafeeiro cabe ressaltar o impacto em relação à lavoura canavieira. As maiores vantagens do café em relação à cana-de-açúcar, naquele período, são descritas por Homem de Mello (apud SOARES, 2000, p.22), presidente da província paulista: “

[...] a cultura da cana tem sido quase abandonada. Os fazendeiros preferem a do café não só por mais fácil e vantajosa, como também por menos sujeita a avarias, e menos danosa aos escravos”.

TABELA 1
Evolução do Volume de Exportação de Açúcar e Café, pelo porto de Santos (1836/37 a 1854/55)

PERÍODO	AÇÚCAR	CAFÉ	TOTAL
	Arroba (%)	Arroba (%)	Arroba (%)
1836/1837	433.268 libras 83,2	87.659 libras 16,8	520.927 libras 100
1842/1843	194.509 79,0	51.633 21,0	246.142 100
1846/1847	597.551 71,6	236.737 28,4	834.288 100
1854/1855	184.049 19,2	773.892 80,8	957.941 100

Fonte: PETRONE APUD SOARES, op.cit; p.24.

Todo este quadro colocaria a produção açucareira em declínio e, por momento, esquecida dos agricultores daquela época. No final do século XIX, o Nordeste brasileiro aumentou a sua venda de açúcar para as províncias brasileiras (consumo interno), motivo da diminuição da exportação com a concorrência maciça da beterraba européia. São Paulo, o maior importador do açúcar, mudaria esse quadro no início do século XX, tornando-se auto-suficiente quanto a sua produção.

A crise de 1929 modificou a situação econômica mundial e o capitalismo do *laissez-faire* tornou-se impraticável. Os países produtores e exportadores de café, açúcar, entre outros produtos, buscaram apoios, parcerias, convênios para que fosse possível manter o equilíbrio entre a produção e o consumo mundial do produto e não foi diferente no Brasil. Da mesma forma que o Estado, na figura de Getúlio Vargas, interveio na produção cafeeira, também o fez na produção canavieira. Foi criado em

1933 o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool, que tinha como objetivos: contornar o excesso de oferta às exportações, a fixação de datas obrigatórias para início e fim da moagem e a formação de estoques reguladores, criação de regras entre produtores e compradores de cana-de-açúcar com um certo favorecimento da produção Norte / Nordeste para exportação e da produção Centro / Sul para atendimento do mercado interno (TARTAGLIA & OLIVEIRA apud BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.183).

A modernização e a diversificação

Dentro desse contexto é que São Paulo voltava a produzir em maior escala a cana-de-açúcar. Como afirmamos, paralelamente ao período máximo do cultivo cafeeiro a lavoura canavieira disseminava-se por área impróprias ao café. Também não podemos deixar de citar que, alguns “Reis do Café” investiram na produção açucareira em pleno ápice cafeeiro. Exemplos disso são a implantação da Usina Junqueira em Igarapava, por parte de Francisco Maximiano Junqueira (1906), e o Engenho Central, pela ação de Francisco Schmidt, na cidade de Pontal (1902).

Não devemos indicar a ação estatal como o único fator responsável pelo crescimento da lavoura canavieira no século XX. É preciso considerar que o café estava em crise mundial e os cultivadores, principalmente de São Paulo, buscavam uma alternativa, um produto que estivesse em ascensão e que pudesse, portanto, suprir a perda significativa pela qual o café estava proporcionando. A partir da década de 1930, a reforma dos engenhos, o investimento em pesquisas na melhoria de tecnologia do produto e o controle do *Mosaico* (doença que afetava o setor canavieiro) favoreciam o aumento significativo do cultivo da cana-de-açúcar.

O mercado nacional demonstrava um crescimento contínuo, em função do aumento da população urbana e da industrialização em

marcha. Logo após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aumento imprevisto do consumo interno de açúcar (CERQUEIRA, 1946, p.37). Diante desse quadro é que o cultivo da cana-de-açúcar em São Paulo se desatacara.

O IAA resolveu, então, limitar a produção açucareira em São Paulo, estimulando um regime de cotas. A partir daí, o país privaria a produção nacional com incentivos reais para os produtores de açúcar. Mediante a Resolução nº 79/44, de 12 de abril de 1944, do Instituto do Açúcar e do Alcool concedeu-se um novo aumento aos limites dos estados produtores, 20% sobre as cotas existentes e ainda liberou-se cinco safras seguidas (1944/45 a 1948/49) todo o açúcar produzido para o consumo interno.

Segundo o IAA era necessário conciliar o interesse nacional entre os usineiros de diversas regiões açucareiras brasileiras. Sugeriam fiscalizações aos produtos vendidos para evitar que fábricas clandestinas fizessem concorrências desleais. Travou-se, então, um jogo político e econômico baseado na defesa do *status-quo* do usineiro nordestino e na ascensão econômica dos usineiros paulistas.

Devido à pressão dos dois lados (Pernambuco e São Paulo), o IAA foi obrigado a aumentar ainda mais as cotas nas safras de 1946/47 e 1953/54. A partir da safra de 1953, São Paulo passaria a liderança na produção de açúcar no Brasil. Prevendo a ruína dos usineiros do Nordeste, o IAA definiu que ambas regiões comercializariam o açúcar produzido dentro do próprio limite regional e para o exterior, seguindo assim a divisão Norte-Nordeste e Centro-Sul.

Mesmo com essa preocupação do IAA em dividir as áreas de produção canavieira, São Paulo juntamente com os produtores do Centro-Sul, ficou com uma região em crescimento regional e com uma relativa estabilidade se comparada com as áreas do Norte-Nordeste, que tinha sua economia voltada para o auto-abastecimento e exportação. O consumo interno crescia em função do aumento populacional e do nível de renda da população, enquanto o consumo externo apresentava

caráter aleatório, regido por acordos internacionais, políticos e de preferências de mercado.

TABELA 2
Evolução da Produção de Açúcar no Estado de São Paulo
comparada a Pernambuco. Safra 1933/34 à 1968/1969

Safra	São Paulo	Pernambuco	Brasil
	Saco 60Kg %	Saco 60Kg %	Saco 60Kg %
1933/34	1.828.668 20,2	3.219.124 35,6	9.049.590 100
1943/44	2.959.533 19,2	5.450.018 35,6	15.314.442 100
1953/54	11.693.757 35,0	9.133.884 27,4	33.375.565 100
1960/61	23.973.077 44,1	12.647.991 23,3	54.349.757 100
1968/69	33.567.584 49,0	12.693.518 18,5	68.530.445 100

Fonte: IAA – anuário açucareiro 1933-1969.

A região de Ribeirão Preto tinha o café ainda como um produto de permanência, que ostentava o título: a Capital do Café. Porém, em vista da realidade econômica, Ribeirão Preto, com maior intensidade após 1950, disputava com Piracicaba o status de capital açucareira (SOARES, 2000, p.110). A área cultivada de cana-de-açúcar ampliou-se em dezenove (19) vezes e a produção trinta e duas (32) vezes, tendo a partir de 1970 significativos ganhos de produtividade (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.210).

O Brasil que sempre em sua história dependia economicamente de produtos agrícolas para exportação (monocultura), passava, a partir da década de 1960, ao desenvolvimento da industrialização da agricultura, responsável por determinar um novo padrão tecnológico

(NEGRI, 1996). A modernização do setor processada a contar desse momento baseou-se na utilização de insumos químicos, biológicos e no aumento do uso de força mecânica.

Com a cana-de-açúcar não foi diferente. O Programa Nacional de Melhoramentos da Cana-de-Açúcar e o Programa de Racionalização de Agroindústria Açucareira (criados a partir de 1960) promoveram condições de aproveitamentos da capacidade instalada, pesquisa e comercialização.¹³ Poderíamos traduzir esses incentivos governamentais em aplicação empresarial no segmento agrário. O estado de São Paulo teria mais um diferencial se comparado com o Nordeste, mais especificamente Pernambuco (TARTAGLIA, 1988, p.67).

A partir de 1960, as pesquisas realizadas de forma mais intensa na região de Ribeirão Preto conseguiram, além dos melhoramentos genéticos, diversificarem os produtos originados da cana-de-açúcar. Técnicas foram desenvolvidas para conversão dos resíduos poluentes em produtos como adubo e ração para animais. O bagaço e a levedura excedentes foram e continuam sendo usados para a manutenção de confinamentos de gado para engorda.

Uma descoberta de suma importância para o aproveitamento do bagaço foi a energia elétrica. Muitas usinas da região de Ribeirão Preto, por exemplo, a São Francisco, consegue o sustento elétrico por meio do processo do bagaço e ainda vende o excedente à Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL - (BACELLAR; BRIOSCHI, 1999). Das fibras e folhas da cana-de-açúcar foram criados insumos para celulose, lonas de pneus, acetato para filtro de cigarros, papel sanitário e de imprensa e mais recentemente; plástico biodegradável.

¹³ Os investimentos não se aplicavam exclusivamente no cultivo da cana-de-açúcar, o café também recebeu um tratamento de revigoramento e renovação. Em meados de 1960, o café teve um incentivo do governo voltado para melhoria de técnicas de plantio e tratamentos culturais em áreas menos sujeitas à geada. Introdução de novas espécies com café fino, hoje, denominado tipo exportação. Como dissemos, o café permaneceu em menor quantidade se comparado com o início do século XX, mas com qualidade por meio dessas melhorias.

Ainda em meados dos anos de 1960, os produtores de café e de outras culturas passariam ao cultivo mais intenso de cana-de-açúcar. Colaborava para tanto, os cuidados técnicos surgidos por meio de pesquisas, como citados anteriormente, e os incentivos governamentais, disponibilizados através de empréstimos facilitados pelo Banco do Brasil. Foi em face disso que, mais uma vez, o país passava a produção em larga escala e pronta para competir com o mercado internacional.

TABELA 3
Nordeste Paulista: municípios com maior produção de cana-de-açúcar (em mil toneladas) de 1960-1985

Ano	1960	1970	1975	1980	1985
Município					
Ribeirão Preto	304	637	584	2196	3031
Sertãozinho	728	1225	1333	1915	2343
Jardinópolis	11	21	14	592	1927
Pontal	306	612	936	1505	1284
Serrana	158	333	399	777	610
Nordeste Paulista	1978	4954	6487	14644	25.201
Estado de São Paulo	14.174	30.340	34.566	72.257	125.001

Fonte: FIBGE. Censos: agrícola e agropecuário 1960-1985.

A concepção primeira de que a cana-de-açúcar servia para produzir açúcar, melado, rapadura ou cachaça era, definitivamente, abandonada. Ao invés disso, associava-se a cana-de-açúcar a idéia de um produto múltiplo, dinâmico e incentivador da economia brasileira. Ao lado da pecuária, o mar verde se espalhava por toda região nordeste paulista e o chamado "Agro Business" se tornava uma solução rentável para sustentação de uma economia frágil e mutante, na maioria das vezes.

Considerações Finais

Nessas breves linhas salientamos a importância da cana-de-açúcar no Brasil e também na região de Ribeirão Preto e sua atual diversificação tecnológica. Apesar de mais de quinhentos anos (500) de história no Brasil, a cana tomou caminhos para sua mecanização e para a industrialização efetiva no último quarto do século XX.

Muito mais que uma monocultura, o mar verde se espalhou por diversas áreas, principalmente no nordeste do Estado de São Paulo e cria possibilidades de rendimentos e variedades de sua comercialização. Alguns pensadores, políticos, economistas, entre outros, discutem o porque do país não se industrializar efetivamente. Buscamos nesse artigo apontar que possuímos a industrialização bem mais próxima do que imaginamos.

É inevitável um historiador ao selecionar seu objeto de estudo não se deixar levar pelo seu lugar social e, a partir de sua subjetividade, descrever, relatar momentos, histórias, que demonstram a importância de uma região ou cidade.

Muito mais que uma ode, um gesto de agradecimento, é de suma importância e competência do homem história construir uma história próxima, local, que nos remeta a algumas reflexões sobre mitos e realidades que cercam a origem e desenvolvimento dessa região canavieira e que interage a todo o momento, resistindo por gerações, com uma história macro e, assim, quem sabe, reconstruir um passado muito próximo a nossa realidade; as permanências.

CALSANI, R. A. *The canavieiro culture in the region of Ribeirão Preto: history, modernization and technology – 1940 / 1970*. **Dialogus**. Ribeirão Preto, v.2, n.2, 2006, p.101-114.

ABSTRACT: Brazilian History has some particularities, either in the economic, social aspect, cultural politician or whom front to the other

countries differentiates it. Some products that last, however in a century, however in another one, return and confirm our agricultural dependence in the Brazilian economic maintenance. In a more mature and professional phase, especially in the region of Ribeirão Preto, the technology comes being used as form of stimulatón to the call "Agrobusiness" and started to be the sustentation and diversification (industrialization) of the centennial and so current cane-of-sugar.

KEYWORDS: cane-of-sugar, permanence, technology and modernization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, C. A. P; BRIOSCHI, L. R. (orgs.) **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Ed. Humanitas FFLCH/USP, 1999.

CALSANI, R. A. **Entre o café e o açúcar**: a experiência de vida do homem do campo na região de Ribeirão Preto (1940/1970). (Monografia de Conclusão de Curso). Centro Universitário "Barão de Mauá", Ribeirão Preto, 2005.

CERQUEIRA, A. G. *Observações sobre a escassez de açúcar no Brasil*. In: IAA. **Brasil açucareiro**. Rio de Janeiro: agosto de 1946.

FERLINI, V. L. A. **A civilização do açúcar**: séculos XVI a XVIII. 4.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49.ed. São Paulo: Global, 2004.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas/SP: Ed. Unicamp. 1996.

PACANO, F. A. **Piracicaba e seu Engenho Central**: às portas do século XX. Araraquara, 2000. Dissertação – Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP.

PETRONE, M. T. S. **A Lavoura Canavieira em São Paulo**: expansão e Declínio: 1765-1851. São Paulo: DIFEL, 1968.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 43.ed. São Paulo: Brasiliense.1998.

SANTO, B. R. E. **Caminhos da agricultura brasileira**. São Paulo: Ed. Evoluir, 2001.

SOARES, A. R. **Um século de economia açucareira**: evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970. São Paulo: Clíper Editora, 200.

TARTAGLIA, J. C. (org). **Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 1988.